

Comunicado à Imprensa - 3 de Julho de 2020

Centros Comerciais: Parlamento destrói 35 anos de sucesso num dia

A aprovação, pelo Parlamento, no âmbito do orçamento suplementar, de um regime excepcional que suspende o pagamento de rendas fixas nos Centros Comerciais permitirá uma inaceitável e gravosa ingerência do Estado na relação entre privados, violando os princípios constitucionais da iniciativa privada e criando em Portugal um cenário sem paralelo na Europa. Esta proposta coloca em causa toda a cadeia de valor desta indústria e poderá levar Centros e Lojistas à falência, alerta a APCC – Associação Portuguesa de Centros Comerciais.

A APCC, que representa mais de 90% da área bruta locável total existente em Portugal e cujos Centros integram 8.600 lojas, considera que a medida destruirá o modelo de negócio do sector, sendo totalmente errada e contraproducente, e demonstrando um incompreensível preconceito contra os Centros Comerciais:

- É uma lei cega. Está a tratar de forma igual todos os lojistas, grandes e pequenos, financeiramente fortes e financeiramente fracos, e retira espaço aos proprietários para ajudar de forma mais justa os lojistas que realmente precisam;
- É uma lei discriminatória, porque cria uma vantagem competitiva aos lojistas dos centros comerciais em detrimento dos lojistas de rua;
- É uma lei desproporcional, uma vez que, num cenário hipotético de quebras de 30% nas vendas das lojas, a quebra das rendas dos Centros Comerciais será de 60%;
- É uma lei desnecessária, sobretudo tendo em conta que os Centros Comerciais já tinham acordos válidos com mais de 87% das suas lojas para a concessão de apoios que à data já ultrapassaram os €305 milhões, só em 2020.

“Não há precedente de uma lei deste tipo em nenhum país da Europa. A coligação parlamentar liderada pelo PCP que criou este tema está a dizer aos investidores nacionais e estrangeiros que os pilares básicos de uma relação contratual entre privados podem mudar a qualquer altura e de forma completamente aleatória. A credibilidade do país foi profundamente abalada. Seremos agora vistos como um Estado que se ingere nas relações contratuais entre privados, e que toma medidas desproporcionais, desequilibradas, mal estudadas e radicais. Acabámos de assistir a um ataque sem precedente a muitos agentes económicos em Portugal, o que,

no médio prazo, impactará todo o ecossistema do sector”, afirma António Sampaio de Mattos, presidente da APCC.

O responsável argumenta ainda que “esta medida não resulta de uma análise ponderada dos impactos na economia e no emprego em Portugal, não foi debatida com todos os agentes económicos e é leviana em toda a sua extensão, ignorando que os Centros têm apoiado de forma muito significativa os seus lojistas.”

“Haverá Centros Comerciais com dificuldades sérias de operação. Muitos não conseguirão cumprir com as suas obrigações com entidades bancárias e prestadores de serviços, impactando milhares de lojas, empresas e destruindo dezenas de milhares de postos de trabalho. Comprometer o sucesso dos Centros é, invariavelmente, comprometer o sucesso dos seus lojistas como pode ser verificado pela falência da INTU, o maior operador de centros comerciais no Reino Unido. Um Centro fechado resulta em centenas de lojas fechadas e milhares de desempregados”, conclui António Sampaio de Mattos.

A APCC irá defender os direitos dos seus associados junto das diferentes instâncias e reitera o seu compromisso de, em todos os fóruns, continuar a propor medidas equilibradas, que permitam ao sector ultrapassar o momento actual garantindo a sustentabilidade de todos os envolvidos, tendo em vista a preservação do emprego gerado por este sector e a sua contribuição para a retoma da economia.

Sobre a APCC

A APCC é uma Associação de âmbito nacional que congrega empresas investidoras, promotoras e gestoras de Centros Comerciais, para além de empresas de comércio a retalho e fornecedores de serviços ao sector. Tem como principal objectivo a defesa dos interesses e direitos dos seus Associados, e assume-se como o interlocutor institucional desta indústria junto dos órgãos de administração pública. Actualmente, a APCC conta com 93 Conjuntos Comerciais, que integram 8.600 lojas, com uma Área Bruta Locável total acumulada de 3,3 milhões de m², representando mais de 90% da área bruta locável total existente em Portugal.

A APCC é membro do ICSC – International Council of Shopping Centers, uma organização mundial sediada em Nova Iorque que agrega 70.000 profissionais do sector nos cinco continentes e membro fundador do ECSP - European Council of Shopping Places, estrutura sediada em Bruxelas, que agrega todas as Associações congéneres europeias do sector do retalho imobiliário.

Para mais informações, contactar:

Joana Carvalho Fernandes | jfernandes@llorenteycuenca.com | 969 281 051

Raquel Godinho | rgodinho@llorenteycuenca.com | 966 408 977